

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE**

**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR PROGESTÃO**

MARIA DE LOURDES SILVA BATISTA

**A EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE
CARMÓPOLIS/SE: UM ESTUDO NA ESCOLA DE 1º GRAU
PROFESSORA ADÍLIA DE AGUIAR LEITE**

Japaratuba/SE

2007

MARIA DE LOURDES SILVA BATISTA

**A EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE
CARMÓPOLIS/SE: UM ESTUDO NA ESCOLA DE 1º GRAU
PROFESSORA ADÍLIA DE AGUIAR LEITE**

Trabalho monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção do título do curso de Pós-Graduação Latu-Sensu em Gestão Pública, pela Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe, sob a orientação da Professora Dr^a. Marlene Hernandez Leites.

Japaratuba/SE
2007

Dedico a Deus a conclusão deste trabalho, que em momento algum me deixa fraquejar, está sempre com suas mãos estendidas para não me deixar cair e pelas suas mãos receberei mais essa vitória.

O mais importante neste mundo não é
tanto onde estamos mas em que direção
estamos nos movendo.

(O. W. Holmes)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 A ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	11
2.1 Possibilidades de Superação da Evasão Escolar.....	11
3 A TENDÊNCIA CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS.....	14
3.1 Educação.....	15
3.2 Papel da Escola.....	16
3.3 Conteúdo de Ensino.....	16
3.4 A Postura da Pedagogia dos Conteúdos.....	16
3.5 Métodos de Ensino.....	16
3.6 Relação Professor x Aluno.....	16
3.7 Professor	16
3.8 Aluno	17
3.9 Pressupostos da Aprendizagem	17
3.10 Avaliação.....	17
3.11 Manifestações na Prática Escolar.....	17
3.12 Planejamento Participativo na Escola.....	17
4 AVALIAÇÃO COMO PRESSUPOSTO TEÓRICO PRÁTICO.....	19
4.1 Conselho de Classe Participativo	26
4.2 A hora do Conto.....	27
4.3 Filosofia.....	28

4.4 Recanto Pedagógico.....	29
4.5 Metodologia de Ensino.....	31
4.6 Atividade Extra-classe: Oficina de Arte.....	36
4.7 Música.....	37
4.8 Dança.....	37
4.9 Capoeira	38
5 CONCLUSÃO.....	40
6 REFERÊNCIAS.....	43
ANEXOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca mostrar a problemática existente em relação ao alto índice de evasão escolar na Escola Municipal Professora Adília de Aguiar Leite, na cidade de Carmópolis/SE.

A Secretaria Municipal de Educação de Carmópolis preocupada com esta questão constatou através do Censo escolar, que a realidade socioeconômica e cultural do município contribui para esta problemática.

No II capítulo apresentamos perspectivas para os educadores no intuito de encontrar alternativas na busca de novos encaminhamentos para combate a evasão escolar, como forma de interferir e melhorar o processo educacional.

Com base na concepção filosófica capaz de agir numa ação conjunta no desenvolvimento do processo educacional é que os educadores da Escola Municipal Professora Adília de Aguiar Leite, do município de Carmópolis/SE, experimentam mecanismos mais eficazes e capazes de transformar o ambiente escolar num prazeroso espaço pedagógico, recreativo e cultural.

Deste modo, podemos destacar como desafio o desempenho de um trabalho coletivo, onde as pessoas responsáveis e competentes sejam sensíveis o suficiente para compreender que é preciso ousar e travar discussões que apontem caminhos na busca de uma melhor qualidade de ensino-aprendizagem.

Assim, entendemos que neste processo educativo estão envolvidos diversos fatores que interferem, dando ênfase a avaliação como principal responsável pela situação que passa o ensino brasileiro.

Sem levar em conta as diferenças individuais, as escolas aplicam os mesmos métodos de avaliação. É importante salientarmos, que estudos vêm comprovando que a

avaliação serve como um filtro educacional e acaba fazendo com que muitos alunos abandonem a escola. O aluno que abandona a escola, assim o faz porque a proposta educacional não condiz com sua realidade sócio-cultural.

Contudo faz-se necessário analisar de forma ampla o processo pedagógico, buscando alternativas que oportunizem aos educadores e educandos a compreensão de que somos indivíduos que pensamos e agimos de forma diferente e, portanto avaliar de forma diagnóstica todo o contexto social requer pensar também numa avaliação que preocupa com diferenças individuais para que todos tenham as mesmas oportunidades.

Abordaremos ainda as possibilidades de superação da evasão escolar, apontando vários mecanismos indispensáveis para o sucesso desse processo.

Dessa forma, o processo educacional avança à medida de contribuir de forma significativa para a melhoria da relação entre as pessoas e para o melhor entendimento dos diversos aspectos da realidade, bem como do conteúdo e significado das idéias.

Entretanto, o âmbito escolar não é o único meio educativo. A sociedade tem seus núcleos familiares e sociais, necessitando de uma maior articulação com a comunidade escolar, no intuito de desenvolverem conjuntamente um trabalho educacional significativo e de construção da plena cidadania.

Dessa forma, o conhecimento sócio-cultural é indispensável nessa caminhada para que se planejem ações pedagógicas com o objetivo de conscientizar a sociedade em particular os pais quanto à responsabilidade e importância de contribuir democraticamente, na tarefa de educar e ajudar a construir uma escola para todos.

Este trabalho é justificado devido a grande crise econômica que vem assolando o país, o município de Carmópolis recebe muitos migrantes advindos dos municípios vizinhos e demais regiões do Brasil e mais precisamente o meio rural.

O nosso município não foge a regra do crescimento populacional desordenado, trazendo assim sérios problemas sociais, pois como o resto do país não há uma política de administração competente capaz de investir financeiramente na solução das necessidades básicas da população.

Diante da necessidade de conhecer mais nossa comunidade, os professores da referida escola, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, empenharam-se em realizar o Censo Escolar no final de 2005.

Desse modo, o trabalho permitiu o registro de vários dados através de entrevistas às famílias o que oportunizou a coleta de informações e conhecimentos para conhecer alguns dos fatores contribuintes para o alto índice de evasão escolar.

Foram entrevistadas 686 famílias, não havendo possibilidade de entrevistar todos os moradores do bairro, pois algumas moradias encontravam-se fechadas.

O nível de escolarização dos pais está distribuído da seguinte forma: 203 têm curso primário completo; 67 curso ginásial; 10 curso ginásial incompleto; 23 tem segundo grau completo; 05 tem segundo grau incompleto; 02 tem terceiro grau completo e 02 incompleto. A idade das mães distribui-se da seguinte forma: 235 têm até 30 anos; 200 têm de 31 a 40 anos; 118 têm de 41 a 50 anos; 107 têm mais de 50 anos.

Do estado civil dos entrevistados: 08 são solteiros; 513 casados; 26 viúvos; 136 vivem em concubinato. As idades variam da seguinte forma: 160 têm até 30 anos; 208 têm entre 31 e 40 anos; 114 têm idade entre 41 e 50 anos; 105 têm mais de 50 anos e trabalham nos setores primário, secundário e terciário.

Desses entrevistados, 20 estavam desempregados; 68 são analfabetos e 117 são aposentados. A renda familiar está distribuída da seguinte forma: 155 recebem até 01 salário mínimo; 227 famílias recebem até 02 salários mínimos; 149 famílias recebem até 03 salários

mínimos; 68 famílias recebem até 04 salários e 100 famílias recebem mais de 05 salários mínimos.

A partir da leitura desta realidade, faz-se necessário analisar os demais fatores que interferem diretamente no processo ensino-aprendizagem, que implicam no alto índice de evasão escolar.

O sistema educacional brasileiro funciona como uma verdadeira pirâmide, onde o processo de filtragem também ocorre através da avaliação tradicional e classificatória. Como resultado, temos um grande desencanto e a conseqüente evasão escolar, principalmente nas camadas empobrecidas da sociedade brasileira (HOFFMANN, 1991).

Contudo, a falta de compreensão do papel social da escola, que não define uma política educacional e filosófica, comprometida com a transformação da realidade, é um dos fatores relevantes para a evasão escolar.

Outrossim a ação pedagógica deficitária no processo ensino-aprendizagem, contribui para a exclusão do aluno. Outro fator significativo é a própria desvalorização profissional do professor que, impede maiores avanços na melhoria da qualidade de ensino. Portanto, as questões sócio-econômicas e culturais, revelam a grande problemática sobre a evasão escolar.

Assim sendo, nossos objetivos neste estudo foram:

- Analisar o processo educacional e o desenvolvimento humano, cognitivo e cultural dos educandos, proporcionando-lhes condições para a construção de conhecimentos para a transformação da realidade. Além disso, identificar as várias concepções de avaliação, como forma de diagnosticar os problemas existentes na vida dos educandos, criando possibilidades para a construção do conhecimento como também:
- Reavaliar o contexto econômico e cultural que envolve a escola/família/comunidade, buscando compreender os fatores que implicam no desenvolvimento intelectual e social do aluno.

- Identificar o aspecto econômico e social da sociedade que interfere no processo ensino-aprendizagem, contribuindo para o alto índice de evasão escolar, impossibilitando o acesso do aluno na escola.
- Questionar a concepção metodológica como pressuposto norteador da ação pedagógica, viabilizando uma análise mais profunda da realidade social do aluno, encontrando mecanismos mais eficazes, como forma de intervir nesse meio.
- Viabilizar discussões e análise sobre o papel social da escola, possibilitando, através de um trabalho coletivo encaminhamentos teóricos e práticos como forma de fazer da escola um caminho para a transformação social.

2 A ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

A escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas uma instituição social, um órgão feliz e vivo no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a criança, a adolescência e a mocidade de conforme os interesses e as alegrias profundas de sua natureza assim sendo, cada escola, seja qual for o seu grau, dos jardins as universidades deve, pois reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação; construindo sociedades de ex-alunos que mantenham relação constante com a escolar; utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da coletividade despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA).

Neste contexto, a escola passa a ser compreendida como uma instituição importante criada pela humanidade para socializar o saber sistematizado, lugar onde por princípio, é veiculado o conhecimento que a sociedade julga necessário ser transmitido às novas gerações.

Para compreender a função social da escola, faz-se necessário situá-la no mundo moderno observando os últimos papéis exercidos por ela ao longo do tempo de modo que, sua tarefa básica é possibilitar o acesso ao saber e sua função social apresenta variações em diferentes momentos da história, expressando diferenças entre sociedades, países, povos e regiões. (GESTÃO EM REDE, 2001, p.1).

2.1 Possibilidades de Superação da Evasão Escolar

A Concretização de uma proposta pedagógica constitui-se num elo fundamental na condição do desenvolvimento integral, criativo e transformador de personalidade, pois dessa forma, “passa a existir uma unidade integrada entre os motivos e os fins que determinam a realização, os projetos e o trabalho escola” (FRANCO, 1990, p. 16).

Partindo deste princípio, é que a Escola Municipal Professora Adília de Aguiar Leite, situado na cidade de Carmópolis-SE, vem desenvolvendo um trabalho junto as Secretarias municipal e estadual de educação que buscam redimensionar através de estudos teóricos e práticos, encaminhamentos que possibilitem amenizar a questão da evasão escolar neste município. Desta forma, para dar conta deste processo, faz-se necessário entender a importância do Plano Político Pedagógico, “tendo como base uma visão de mundo e de sociedade na construção do homem novo na sua totalidade” (PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARTICIPATIVO, 1993, p. 4).

Deste modo, o estudo, as reflexões e os debates possibilitam aos docentes os fundamentos para estabelecer uma direção possível, definindo que é realmente o papel social da escola inserido numa concepção filosófica que prime pela democratização da escola pública. Neste contexto, a escola realizou uma pesquisa de campo buscando conhecer a história da comunidade, seus aspectos físicos, econômicos e sociais, com o objetivo de abrir novos horizontes, permitindo a participação e a co-responsabilidade nas decisões, instrumentalizando seu trabalho, conduzindo assim, um caminho de auto-gestão.

Entendemos que tal ação não pode ser uma ação momentânea, é necessário um processo político contínuo, onde a comunidade participe nas execuções e decisões, buscando acompanhar as ações da escola.

O objetivo fundamental neste processo é o de demonstrar através desta fundamentação teórica-prática, que é uma experiência possível na busca de propostas de soluções para alguns dos muitos problemas, como a evasão vem apresentando nas últimas

décadas. É possível fazer adaptações, compreendendo as tendências sócio-políticas, caracterizadas frente as necessidade básicas. Como pressuposto cabe a nós acreditar que a escola pode transformar-se, pois é uma força política, desde que tenha uma consciência crítica e globalizadora em todos os seus aspectos envolvendo múltiplas situações, analisando de forma contínua as maneiras e os meios de ensino-aprendizagem na ação organizada dos seus membros.

Segundo (VIANNA, 1994, p. 13), essa nova escola “seria uma escola nascendo da comunidade e revertendo seu produto para a solução dos problemas dessa mesma comunidade, num fluir constante, contínuo e significativo, sem modelar os homens para um determinado padrão, mas preparando-o para cumprir sua parte na sociedade em que vivem num esforço de encontrar novo equilíbrio no seu meio ambiente”.

Os professores definiram os pressupostos básicos da educação, optando por uma filosofia que prime pela “formação do Homem Universal que tenha consciência crítica da realidade social e que busque a transformação da sociedade para além do contexto da sobrevivência, através do domínio do conhecimento, unindo a teoria com a prática pedagógica”. (PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 1993, P. 4).

Neste contexto, os professores desta escola, após uma revisão dos pressupostos das tendências pedagógicas, caracterizadas no Positivismo e no Materialismo Histórico, destacando a concepção político-filosófica da tendência Crítico-Social dos Conteúdos, a discussão foi ampliada em torno do significado da síntese como experiência vivida pelo aluno, o professor como mediador no processo ensino-aprendizagem e a síntese como saber crítico elaborado pelo aluno e pelo professor, e a avaliação diagnóstica interferindo como meio e não como processo. “Para que isso se concretize é necessário que o professor tenha posição clara e explícita de sua própria sincrese” (PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARTICIPATIVO, 1993, p. 4).

3 A TENDÊNCIA CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS

O professor José Libâneo é um dos educadores que se preocupam em apresentar, através de seus estudos, as várias tendências pedagógicas, no sentido de propiciar aos educadores o conhecimento necessário para uma reflexão, que possibilite uma nova direção com o objetivo numa escola mais democrática e popular, rompendo definitivamente com a existente. Coloca o autor, a importância da permanência das crianças das classes populares na escola. Superar a escola hoje, para ele é através da “presença maciça das crianças no interior da escola, que só será possível pela democratização do conhecimento pelo domínio do conteúdo escolar, instrumental básico à sobrevivência dos grupos mais desfavorecidos da população”. (LIBÂNEO, 1984, p. 12) Para que isso ocorra, é de fundamental importância, ter certeza de que o professor corresponda no “domínio das habilidades e conteúdos básicos, que seja preparado para ter compromisso com as classes populares” (LIBÂNEO, 1984, p. 12), fazendo-as avançar, desde que saiba de onde fazê-las partir, encontrando na Pedagogia crítico-social dos conteúdos os fundamentos básicos mais adequados a realidade educacional brasileira.

Tal preocupação se processa no sentido de ter clareza, de que os órgãos oficiais não oferecem condições de acesso à escola, as camadas mais populares, não priorizando a educação, no sentido de desvalorizar o professor, sem condições mínimas de trabalho, salários indignos, condições mínimas de aprendizagem dos alunos, enfim.

Para Libâneo, não basta apenas democratizar o conhecimento, valorizando a escola pública, levando o aluno a desenvolver através do ensino, o gosto pelo estudo, a se expressar, se comunicar, dominando o saber para que possa adquirir na formação de sua personalidade, a importância da “organização enquanto atividade”. (LIBÂNEO, 1984, P. 12)

A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos tem como objetivo proporcionar uma visão pedagógica que determina posições críticas relacionadas com a forma, de como a sociedade se organiza e define a divisão das classes sociais, buscando através das várias atividades desenvolvidas na escola, o aprofundamento dessa crítica, a partir da própria realidade. A qualidade dos conteúdos está na função de não apenas transmitir o saber, mas fazer com que também os alunos se apropriem dele, com a finalidade de elevar o conhecimento cultural, solidificando a própria criticidade na prática de vida.

De forma dialética esta pedagogia possibilita dois movimentos importantes que são: “continuidade e ruptura” (LIBÂNEO, 1984, p. 14).

O primeiro tem a função de levar até o aluno, o conhecimento do novo, de forma que eles possam compreender e reconhecerem-se nele. O segundo é o de possibilitar a relação do verdadeiro significado da alienação. Cabe ao professor, portanto, possibilitar a troca desse conhecimento, no sentido de ser mediador entre o que está, e o que pode vir a ser estabelecido pela sociedade. É importante salientar que “os conteúdos são os conhecimentos produzidos historicamente na relação entre as classes sócias”. (LIBÂNEO, 1984, p. 14).

Cabe a escola, ser a mediadora, interferindo no processo pré-estabelecido, tendo a capacidade de compreender que tipo de clientela possui e a que destino de vida pode encaminhar. Daí a possibilidade de recuperar o específico da educação escolar. O estudo das tendências pedagógicas deve definir uma filosofia que possibilite a execução das ações, bem como o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem para uma sociedade participativa.

O Plano Político Pedagógico da escola conclui que a Tendência progressista Crítico-social dos conteúdos pode ser assim atendida na sua prática

3.1 EDUCAÇÃO – Ação de MEDIAÇÃO desenvolvida entre o conhecimento da síncrese (experiência fragmentada) do aluno, e o conhecimento sintético (organizado e unificado), cientificamente pelo professor.

3.2 PAPEL DA ESCOLA – É o de preparar o aluno para o mundo adulto e suas contradições, sendo o instrumento na aquisição dos conteúdos de forma contextualizada, tendo como objetivo a participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

3.3 CONTEÚDO DE ENSINO – Respeito à cultura universal incorporada pela humanidade, reavaliada diante das realidades sociais. Não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados; é preciso que se ligue de forma indissociável a sua significação humana e social.

3.4 A POSTURA DA PEDAGOGIA DOS CONTEÚDOS – Deve proporcionar ao aluno o acesso ao conteúdo, através de elementos de análise crítica que ajudem o aluno a ultrapassar a experiência vivenciada. O saber é um engajamento político.

3.5 MÉTODO DE ENSINO – O objetivo é privilegiar o saber vinculado às realidades sociais. Os métodos devem favorecer os conteúdos com o interesse dos alunos. Os alunos devem reconhecer o conteúdo como auxílio a compreensão da realidade na prática social. Vai-se da ação à compreensão e da compreensão à ação até a síntese. Relação entre teoria e prática.

3.6 RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO – O conhecimento é o resultado de trocas na interação do meio natural, social e cultural do sujeito.

3.7 PROFESSOR – É o mediador do conhecimento na ação pedagógica, proporcionando condições de colaboração mútua. É aquele que orienta, abre perspectivas, proporcionando novas concepções de vida para os alunos. Dessa maneira, a consciência de compreender o contraste existente entre sua própria cultura e a do aluno. O professor não é mais aquele que se contenta apenas em fazer suas necessidades e carências, mas desperta seus alunos para outras necessidades. Contribui também no processo de acelerar e disciplinar os métodos de estudo, exigindo bem mais esforço do aluno. Propõe também, conteúdos e modelos comparativos com suas experiências vividas e participação ativa.

3.8 ALUNO – Possui sua experiência cultural mediata, buscando a verdade, confrontando-a com os conteúdos do professor.

3.9 PRESSUPOSTOS DA APRENDIZAGEM – O aluno necessita esforçar-se, reconhecendo nos conteúdos, a ampliação de seu próprio conhecimento. O conhecimento novo apoia-se no interior, por isso a aprendizagem depende da disposição e prontidão do aluno quanto ao professor. O princípio de aprendizagem é o de verificar o que o aluno sabe, existindo uma troca na compreensão por parte do aluno e professor. A aprendizagem ocorre quando a síntese da visão parcial torna-se mais clara e unificada.

3.10 AVALIAÇÃO – Serve como meio diagnóstico no processo ensino-aprendizagem.

3.11 MANIFESTAÇÕES NA PRÁTICA ESCOLAR – Ocorre com a interação entre os conteúdos e as realidades sociais, a articulação do processo político com o pedagógico. A educação está a serviço da transformação nas áreas de produção. Portanto, espera-se do professor: conhecimento dos conteúdos de sua disciplina e o conhecimento mínimo de formas de transmissão, a fim de garantir maior competência técnica. Sua contribuição será tanto mais eficaz quanto mais seja capaz de compreender os vínculos de sua prática social global, tendo em vista a democratização da sociedade.

3.12 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ESCOLA - O Planejamento Participativo na escola tem como objetivo, oferecer subsídios e sugestões aos educadores em todos os níveis de ensino, desde a educação fundamental, passando pelo pré-escolar, educação especial, ensino supletivo, curso de magistério e o curso de pedagogia. Proporciona também leituras sobre reflexão da ação pedagógica, identificando a importância da competência profissional, visualizando os problemas da realidade educacional, possibilitando o aprimoramento do ensino, aperfeiçoando professores, sendo uma das estruturas do processo educativo. É necessário, portanto, desenvolver um trabalho pedagógico a partir de um

Planejamento participativo, envolvendo atividades conjuntas entre escola, família e comunidade.

Outro fator importante é o desenvolvimento de um processo educativo centrado no aluno, diante de sua realidade, compreendendo-o como pessoa, inserida em um contexto social e político, que se efetive e seja uma tarefa contínua, envolvendo a participação das comunidades na tomada de decisões, na execução, no acompanhamento e controle das ações propostas. Para que se efetive esse tipo de trabalho, é importante que as pessoas envolvidas neste processo, acreditem na dignidade do ser humano, na capacidade do educador e na escola como um dos agentes que podem provocar mudanças. Oportunizar a participação da comunidade é outro fator a considerar, pois o trabalho de conscientização, integração e politização são fatores imprescindíveis a um projeto de inovação.

É fundamental planejar com flexibilidade dentro de uma concepção humanística, adaptando a escola a cada situação específica, adotando estratégias que busquem o diálogo, a contribuição pessoal e a colaboração de todos os envolvidos, garantindo através da força política a continuidade do trabalho, efetivando o planejamento educativo como processo, que desenvolvido por uma escola através de idéias inovadoras, sendo um veículo de politicidade na identificação do homem. O envolvimento da escola, família e comunidade, estabelecem um trabalho integrado, gerador de mudanças em todos os aspectos.

4 AVALIAÇÃO COMO PRESSUPOSTO TEÓRICO E PRÁTICO

O grande drama da educação brasileira é manter índices estáveis e alarmantes de fracasso escolar, em torno de 50% nos últimos anos de nossa história. E apesar disto convivemos mais ou menos pacificamente com esses índices: postura de uma cultura de submissão, de não autonomia, uma cultura dependente, a mesma dependência em que o povo brasileiro vem sendo mantida à nível político, econômico e cultural. O indivíduo abandona a escola é porque percebe que não há lugar para os seus problemas e preocupações. Tudo o que ele sabe de experiência própria não é levada em conta, não é levado a pensar sobre o seu mundo. Não faz perguntas, só dá respostas. O saber que lhes é transmitido é inerte. Os conteúdos são trabalhados de forma alienante, fragmentada e carregados de ideologias opostas ao seu interesse. As crianças pobres, entretanto, trazem uma bagagem cultural que não é aceita, nem valorizada.

A história pedagógica brasileira sempre atribuiu a questão do fracasso escola à criança e a família: “a criança é desinteressada”, “a criança é desatenta”, “a criança brinca parada” ou “se mexe demais”, “ela tem pais separados”, “o pai é alcoólatra”, ou ainda: “se a criança tem problemas” é porque “não mamou que chegue”, “teve um ataque de bicha”, a mãe apanhou na gravidez” ou “pai surra a mãe”. Significa que a criança é problema, os pais são problemas (veja se atualmente, a questão das separações). A culpa projeta-se sobre o aluno e a família, mas vai além, recai sobre o professor e a escola.

Dentro da pesquisa realizada na Escola Municipal Professora Adília de Aguiar Leite, situado na cidade de Carmópolis-SE,, identificam-se diversos indicadores que caracterizam a Evasão Escolar. Ressalta-se, porém, o fator econômico e a avaliação escolar como os principais indicadores, e que outros levantados já estão dentro do contexto dos fatores citados anteriormente. Destaca-se que, fator econômico atendido como salário insuficiente para

atender as necessidades básicas do indivíduo, que perceba no mínimo 05 salários. A avaliação escolar atendida como julgamento tradicional classificatório que analisa e julga o aluno por nota.

É nas escolas dos bairros periféricos com menor renda, que percebemos um maior índice de fracasso escolar. Os mesmos excluídos são os excluídos da habitação, da alimentação, da saúde, da sociedade de forma geral.

A necessidade de trabalho do indivíduo (aluno/menor) de família carente é uma realidade muito dura nas classes populares, haja vista que nos casos da comunidade escolar estudada, estes sobrevivem de pequenos empregos nas cerâmicas e olarias, para ajudar na renda familiar. Muitos pais tiram seus filhos da escola para trabalhar, não importando-se com o retorno do mesmo: o que certamente acontece justamente por falta de incentivo e interesse, que estão ligados a fatores culturais já estabelecidos. A religião e os meios de comunicação de massa que reforça esse pensamento empirista, sustentado no senso comum.

O descaso governamental com relação aos problemas sociais leva muito à marginalização e, muitas vezes sem perspectivas. “A exploração do trabalho, as precárias condições de habitação, saneamento básico, saúde, alimentação, transporte, etc., agravaram este quadro” (PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 1993, p. 69).

Com esses pressupostos, um estudo total aprofundado se fez presente com a teoria de Luckesi, que define assim, a avaliação educacional escolar para além do autoritarismo. A avaliação tem como objetivo principal, desvendar os problemas e mostrar encaminhamentos. A avaliação é um meio e não um fim do processo ensino-aprendizagem. A avaliação não se dá e nem se dará num vazio conceitual, pois deve estar dimensionado entre a teoria e a prática, numa visão de mundo e educação. A avaliação não deve ser praticada de forma ingênua e inconsciente, senão ela estará a serviço de um modelo teórico de sociedade e educação.

A prática escolar vê a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade de forma autoritária.

Os contextos pedagógicos para prática de avaliação educacional, colocam, segundo Luckesi, que “a avaliação de aprendizagem escolar no Brasil hoje” (LUKESI, 1996, p.30), é identificado como um modelo social, liberal, conservador desde a Revolução Francesa. O objetivo da Revolução Francesa foi o de garantir e aprofundar os benefícios econômicos e sociais que havia adquirido com os direitos do cidadão com o lema, “Igualdade e Liberdade perante a Lei”.

O modelo liberal produziu três pedagogias diferentes: a Pedagogia Tradicional, Renovadora ou Escola Novista e pedagogia Tecnicista. Todas essas três pedagogias segundo Luckesi, pretendem garantir o sistema social da sua integridade. Nas novas aspirações de um outro modelo social, a Pedagogia Libertadora, de Paulo Freire, objetiva a emancipação das classes populares, como processo de conscientização cultural e política, fora dos muros da escola, voltada à educação de adultos.

A Pedagogia Libertária, de concepção antiautoritária e autogestonária, diz que a escola deve ser o instrumento de conscientização e organização política dos educandos.

Demeval Saviani, na Pedagogia dos Conteúdos Sócio-Culturais, defende, segundo Libâneo, que “igualdade e oportunidade para todos no processo de educação e na compreensão de que a prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimento sistematizados pela humanidade na aquisição de habilidades da assimilação e transformação desses conteúdos no contexto de uma prática social.” (LIBÂNEO, 1984, p.14).

Segundo Paulo Freire, (1975) “existem dois grupos de pedagogias que tem por objetivo, a domesticação e a humanização dos educandos, esta segunda com perspectivas e possibilidades de transformação social. (LUKESI, 1996, p. 31). Existem, portanto, nestas

duas pedagogias, a prática da avaliação escolar, inserida no modelo liberal, conservador, que é o instrumento disciplinador das condutas cognitivas sociais no contexto da escola, e a transformadora que exige a participação democrática de todos, coloca igualdade como princípio de autonomia e reciprocidade de relações”.

As relações, portanto, deve ser um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista, o avanço e o crescimento do aluno. A avaliação como juízo de valor, deve estar mais próxima do ideal satisfatório ou mais distante do ideal insatisfatório. A seleção dos sinais que fundamentarão o juízo de valor dependerá da finalidade a que se destina o objeto que deverá ser avaliado. Portanto, a avaliação conduz tomada de decisão sobre o objeto avaliado e o posicionamento de não indiferença, na existência de um processo no caso da aprendizagem. O mais importante na avaliação que coloca mais poder na mão do professor é a tomada de decisão. A avaliação na atual prática escolar tem a função de classificar em inferior, médio ou superior, números e a divisão em médias. Questiona-se então, se o inferior não pode atingir o nível médio ou superior. A avaliação classificatória preocupa-se com o conteúdo, a verificação, conceitos ou notas, encerrando aí, o ato de avaliar. O momento de avaliação, é considerado momento de fôlego, retomando a marcha mais adequada e nunca um ponto definitivo da chegada. A avaliação é dinâmica e diagnóstica. A avaliação classificatória é um instrumento estático e frenador do processo de crescimento, a avaliação diagnóstica é um momento dialético do processo de avançar, é o crescimento para a autonomia, é o crescimento para a competência, é o desenvolvimento da ação. O momento dialético de “senso”, segundo Luckesi, preocupa-se com o estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido a frente.

O Conselho de Classe, que exerce papel autoritário, quando bem praticada é a exceção que confirma a regra, pois objetiva minorar o exercício do arbitrário por parte do professor.

As outras manifestações do modelo domesticador da avaliação, se dão através dos testes, mecanismo disciplinar de condutas sociais ou a falta de relevância dos fatos em conceder ou tirar pontos, aprovar incompetentes e reprovar competentes, agradando os queridos com prêmios, reprimindo os irrequietenos mal queridos, castigando-os.

É fundamental entender este conceito:

Para que a avaliação assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento ela terá que se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua transformação. (LUCKESI, 1996, p. 42)

A avaliação só deixará de ser autoritária quando a concepção teórico-prática da educação, não for autoritária. Com estes pressupostos surgem novas aspirações, com um modelo socializante e democrático em relação à pedagogia e a avaliação, que se transformarão em perspectiva de encaminhamento democráticos. O modelo social autoritário, não pode ter um modelo pedagógico democrático, pois existe contrariedade. Para que ocorra um novo direcionamento, é necessário, como primeiro passo, ter um posicionamento claro e explícito, na prática pedagógica do planejamento, na execução e na avaliação. O segundo passo é a conversão de cada um de nós, na sua tradução histórica, pessoal e na união entre teoria e prática, como sentido de conscientização e da prática desta conscientização. “Não basta saber que deve ser assim, é preciso fazer com que as coisas sejam assim”. (LUCKESI, 1996, p. 42)

Não basta, portanto, entender uma nova pedagogia, que é necessárias mudanças nos rumos da prática da avaliação, é necessário acima de tudo, modificar realmente a conduta.

Só com boas intenções não se modifica o mundo, muito menos será transformado por esta via idealista.

O terceiro passo, de forma mais técnica e científica, acredita no resgate da avaliação em toda a sua essência construtiva, pois será, o julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade para uma tomada de decisão, para que a avaliação atinja o objetivo maior que é o da transformação social.

Num contexto mais técnico de mudança, é necessária a avaliação diagnóstica como instrumento de identificação de novos rumos, reconhecendo os caminhos percorridos e a identificação de novos rumos. A Avaliação educacional escolar classificadora, não serve para a transformação, porém, é extremamente eficiente para a conservação da sociedade. Para proceder este resgate, o professor precisa ser companheiro de jornada de cada aluno, diferente mais maduro e mais experiente.

A Avaliação diagnóstica, enquanto processo, proporciona relações de reciprocidade. Uma sociedade democrática está fundada nas relações de autonomia e não de subalternidade. Para que isso ocorra é preciso um conjunto de competências e a escola tem o dever de auxiliar a formação dessas competências, porém está sendo conivente com a domesticação e a opressão. Esta proposta de avaliação para ultrapassar o autoritarismo, baseada na teoria de Luckesi, e proposta pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte de Carmópolis/SE, discutida junto aos professores da referida escola e implantada a partir do ano de 2004, não significa menos rigor na prática de avaliação, pois para ser diagnosticada, a avaliação deverá ter o máximo de rigor no seu encaminhamento técnico científico.

A possibilidade de modo prático e racional de proceder a avaliação diagnóstica, nada mais é do que a compreensão do professor e aluno ao entendimento dos mínimos necessários para que cada um possa participar democraticamente da vida social. A avaliação deverá verificar a aprendizagem, não a partir dos mínimos possíveis, mas sim a partir dos mínimos necessários.

Gramsci diz que, “a escola não deve só tornar cada um mais qualificado, mas deve agir para que cidadão possa se tornar governante”. (LUCKESI, 1996, p. 44) Assegurando através da aprendizagem gratuita, das capacidades e da preparação técnica geral necessária, a fim de governar.

Isso não ocorrerá, com uma pedagogia compensatória, espontaneísta e com uma avaliação classificatória. Como sugestão, é importante estabelecer previamente o mínimo necessário a ser aprendido pelo aluno, para que cada cidadão se capacite para governar. Com o processo de estabelecer o mínimo necessário, os alunos seriam aprovados para o passo seguinte de sua aprendizagem. Enquanto não conseguirem isso, cada educando merece ser reorientado. Alguns ultrapassarão o mínimo, em suas aptidões, dedicação e condições sociais, mas ninguém deverá ficar sem as condições mínimas de competência para a convivência social.

Um educador que esteja preocupado em que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconscientemente e irrefletidamente, pois cada passo e ação devem ter uma decisão clara e explícita do que está fazendo e par onde, possivelmente estará caminhando o resultado de sua ação. Avaliação neste contexto não pode ser uma ação mecânica, ao contrário, deve ser racionalmente definida com encaminhamento decisório, a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social.

Esta fundamentação teórica política, portanto, está ainda hoje, sendo desenvolvida na escola, buscando sempre possibilidades que venham oportunizar a diminuição da evasão escolar.

A partir de 1996, foi elaborado um instrumento de Avaliação Diagnóstica de forma participativa, que norteia as dimensões de forma permanente na escola, buscando sempre analisar o aluno em todo o seu contexto, compreendendo os aspectos sócio-econômico e cultural, inserido na tendência Pedagógica Crítico Social dos Conteúdos.

4.1 Conselho de Classe Participativo

O Conselho de Classe Participativo da Escola Municipal Professora Adília de Aguiar Leite, tem por objetivo discutir e avaliar o processo ensino aprendizagem do aluno e do professor, inserido no Plano Político Pedagógico. Vem desempenhando dentro da escola importante mecanismo de ação, pois possibilita diagnosticar a dificuldade do aluno, oportunizando aos professores maior compreensão sobre o meio sócio-econômico em que vive fator este que tanto impede a assimilação dos conhecimentos, diante do potencial mínimo de cada um. Esta afirmação é justificada a partir do momento em que o Conselho Participativo possibilita novos encaminhamentos na busca de soluções que venham amenizar tais dificuldades. Busca-se descartar as discussões em torno de notas, pois é incoerente com a Avaliação Diagnóstica, permanecendo apenas a preocupação do conselho em relação ao conhecimento do aluno. A postura pedagógica do professor também é avaliada no sentido de encontrar alternativas metodológicas que facilitem a compreensão de síntese do aluno. Encaminha-se reuniões de pais envolvidos neste contexto, para discutir e conscientizar sobre a importância da participação dos mesmos na vida afetiva escolar dos alunos de 1ª à 8ª séries. É necessário salientar que o aluno também é orientado e questionado no sentido de auto-avaliar-se.

Insere-se, então, que:

A participação pode dar-se na formulação, na execução e na avaliação de políticas escolares. O nível da ação corresponde às atividades de ensino e estudo compreendendo a preparação, a execução e tudo que se relaciona diretamente com estas atividades. O nível de política escolar corresponde oficialmente sobre o nível da ação. (MOLTKE, 1975, p. 10)

A Evasão Escolar é preocupação constante no processo educacional, sendo discutida no conselho de classe, ficando a escola com o compromisso de diagnosticar a causa e buscar

nos encaminhamentos, a solução para o devido retorno do aluno. A escola empenha-se em visitar as famílias para saber os motivos que levaram o tal distanciamento da escola. Caso o aluno não retorne, é encaminhado o caso ao Conselho Tutelar. Oportunamente, a Promotoria Pública é solicitada para contribuir na resolução de diminuir o índice de evasão escolar.

A repetência Escolar é diagnosticada em relação à dificuldade que o aluno apresenta na assimilação dos conteúdos propostos pelo Currículo Escolar, pois isto, a Avaliação Diagnostica faz parte deste processo, sendo um dos momentos de maior reflexão no conselho de Classe, pois tenta compreender as diferenças individuais de cada um, oportunizando a todos um espaço na sociedade, que só ocorrerá com a permanência do aluno na escola.

4.2 A Hora do Conto

O processo pedagógico é crucial para a construção de idéias, necessitando de mecanismos indispensáveis para alcançar os objetivos propostos. Nesta perspectiva o objetivo da Hora do Conto é um destes mecanismos para despertar no aluno, o gosto pela leitura e o hábito de ler através de atividades que desenvolvam sua criatividade.

Desse modo:

Ler é uma grande viagem, uma aventura do espírito, algo que nos faz ir além. Como ir além? Refletindo, contestando, concordando, esclarecendo dúvidas, tentando avançar... Para horizontes que talvez sequer o autor tenha imaginado. Essa é a viagem da leitura (GUIMARÃES, 1998, p. 10)

“É preciso, portanto, “conquistar centímetro por centímetro, a capacidade de ler, de traduzir, aprender e criticar cada texto” (JOVER, 1998, p. 10) cada história, desde o início da alfabetização”.

É fundamental então, lembrar que as histórias da carochinha são o ponto universal que dá parida a grande “inquietação humana”. (GUIMARAES, 1998, p. 10).

A Hora do Conto é um trabalho amplo, voltado ao estímulo da leitura. A leitura é o ponto chave para o desenvolvimento integral do aluno. A interpretação e a imaginação aliada ao lazer e a arte, proporcionam resultados surpreendentes na compreensão de mundo, formando alunos criativos.

Nesse espaço. O professor está trabalhando a expressão oral, escrita e plástica, bem como a socialização, expressão corporal, coordenação motora, a sensibilidade, situando o aluno junto à literatura, enriquecendo-o e tornando-o mais culto, interferindo assim. Diretamente no processo ensino-aprendizagem: Tal trabalho deve estar integrado nas atividades de sala de aula, de forma processual, no cotidiano escolar.

Pois:

A criança é um ser onde a imaginação predomina em absoluto. Nos livros ela quer que lhes demos cartolas, coisas mais altas do que podem entender. Isso a lisonjeia tremendamente. Mas se o tempo inteiro a tratarmos puerilmente ela nos manda às favas. (MONTEIRO LOBATO. 19 -, p.1)

4.3 Filosofia

Educar para o pensar é uma das metas a ser desenvolvida pela escola a partir das aulas de Filosofia de 1ª à 8ª séries, possibilitando discussões entre professores e alunos, cultivando habilidades de ordem cognitiva, diálogo de investigações, desafios para o pensamento reflexivo e a utilização metodológica no específico da disciplina.

Neste aspecto:

Filosofia é importantíssima na formação de pessoas consciente, visto que seu método de trabalho é pensar e “refletir” a respeito dos fatos da vida, dos acontecimentos. Aprender a filosofar é educar-se para a

vida. É desejo de todos nós, instrumentalizar nossos alunos para a vida, por isso os professores tem se empenhado no ensino do “filosofar. (SMECE, 1998, p. 8)

4.4 Recanto Pedagógico

O aspecto psicológico inerente de cada criança é passível de análise, enquanto fator de problemas na aprendizagem e consequentemente de evasão ou repetência. É fundamental que se leve em conta o papel do professor diante do quadro alarmante de evasão escolar. O professor é “vítima de toda sorte de manipulação, citadas e injustiças de um sistema educacional de improviso mal estruturado. (ENDERLE, 1987, p. 104 e 105)

A pedagogia “não diretiva” tem se apresentado como a grande salvadora do quadro educacional, entretanto constata-se que esta pedagogia apenas tem desviado a educação do seu problema central que é a relação com a sociedade, com a circulação entre o ato político e o ato educativo.

Entende-se, portanto, que entre política e educação existe mais do que igualdade. Existe uma identidade indissociável. Neste momento histórico, descobriu-se que centrar o problema educacional na relação professor aluno, seria mais uma vez, escamotear as raízes do problema educacional. Esta realidade apresentada, no entanto, não inviabiliza mecanismo de combate a evasão escolar, que está implantado na escola.

O Recanto Pedagógico que a partir de 1º de dezembro de 2004, tem o objetivo de prestar atendimento individualizado em período alternado, tem a formação do grupo, no máximo, 05 alunos por série, com aulas de 45 minutos. Viabiliza-se a oportunidade de momento único com os alunos em dificuldade de aprendizagem. O comportamento, as questões de ordem social, cultural e psicológica do aluno, interfere nas relações de

aprendizagem. Especificamente estes aspectos decorrentes de variáveis ambientais, como a subnutrição, os déficits u, as carências emocionais, além dos problemas intra-escolares: o número excessivo de alunos na classe, variação de idades, falta de recursos materiais, ambiente de precária estimulação, numerosas incidência de repetentes, etc., caracterizam a dificuldade de aprendizagem que comprometem a permanência do aluno na escola.

Entende-se, portanto que a única maneira de se reverter esta situação é buscar as reais causas das dificuldades de aprendizagem.

Todas as crianças têm possibilidades para aprender e gostam de o fazer e, quando isto não ocorre é porque alguma coisa não está indo bem. Neste momento, é necessário que tanto os professores como os demais profissionais responsáveis pelo processo de aprendizagem, se questionem acerca dos fatores que podem estar contribuindo para que o aluno não consiga aprender. (MORAIS, 19, p. 24)

Teoricamente, Vigotsk contribui para análise das práticas educativas em seus mais variados aspectos, procurando fazer reflexão de como os processos psicológicos se desenvolvem de forma particular no contexto escolar. Acrescenta-se ainda, a importância de relacionar a teoria de Vigotsk entre a questão psicológica e a pedagógica.

Compreende-se então que: “Em linhas gerais pode-se dizer que o projeto vigotskiano é uma busca dos fundamentos da cultura humana, com um crucial papel, atribuindo aos símbolos e às práticas culturais”. (BAQUEIRO, 1998, P. 24)

A teoria piagetiana equaciona as questões que buscam definir de que maneira se pode entender o que é ser social, buscando analisar de que forma se pode explicar como intelectualmente surgem os fatores sociais.

Inserido neste contexto, podemos afirmar que:

O método Piaget foi o de investigar essas regras ao próprio processo de desenvolvimento, embora sua teoria corra o risco de pretender demonstrar, o que era na verdade, pressuposto: o valor ético de igualdade, de liberdade, da democracia. Em uma palavra, o valor dos direitos humanos. (TAILLE, 1992, p.1/)

Teoricamente a emoção age como resultado dialético de forma natural e geneticamente contribui paralelamente às reformulações funcionais. “Do ponto de vista de Wallon a afetividade ocupa lugar central, tanto do ponto de vista de construção da pessoa quanto ao conhecimento”. (DANTAS, 1992, p. 21)

Estas teorias, entre outras, são estudadas pelos professores como necessidade de buscar amadurecer e confrontar a “psicologia genética”. (TAILLE, 1992, p. 08)

4.5 Metodologia de Ensino

O mundo é orgânico, ninguém ignora tudo e ninguém sabe tudo, e não se justifica a alienação nem as pressões externas. A realidade é compreendida como o processo dialético, altamente dinâmico; pode ser assimilada e transformada pela ação e reflexão. O conhecimento é uma construção interna do próprio homem, significa visualizar o problema e construir alternativas de solução; trabalha-se com incertezas e riscos como integrantes do processo participativo. A ênfase na aprendizagem é a forma de pensar no processo de toma decisões e no desenvolvimento da consciência.

O planejamento dos conteúdos é elaborado pelo grupo: é ele quem relaciona o problema, decide as estratégias, age e reflete avaliativamente sobre a ação. O planejamento é um elemento do grupo que assume a função de organizador das discussões e decisões. Os objetivos são elaborados pelo grupo, e estão voltados para a realidade e expressam: reflexão

crítica, curiosidade científica e a criatividade. Os conteúdos são dinâmicos e articulados dialeticamente com a realidade histórica. Devem transmitir a cultura acumulada e contribuir para a produção de novos conhecimentos. A metodologia caracteriza-se pela variedade estimuladora de criatividade dos alunos, participação bastante enriquecedora. A avaliação é processo que terá caráter de um acompanhamento constante da aprendizagem. Não é só quantitativo, mas acima de tudo, qualitativo.

Esta fundamentação nos diz que: “A melhoria de qualidade educacional requer no processo dialético do ensino-aprendizagem, avaliações constantes de todo o Currículo Escolar em seu contexto econômico, político, histórico e social. (SMECE, 1993)”.

Por isso, partindo do princípio de que os objetivos e os conteúdos inseridos devem estar atentos ao tipo de cidadão que querem formar. É importante salientar que o novo cidadão deve ser preparado dentro de um processo diferente de educação, com uma visão crítica e consciente do seu papel na sociedade. Por estas razões é que a ação metodológica traz em sua essência este compromisso: “O de compreender que para a sociedade ser transformada, é necessário que a própria educação reavalie sua postura em toda a sua prática pedagógica” (SMECE, 1996).

Desse ponto de vista, (...) “é impossível negar que o pedagógico da sala de aula contribui para a formação de força do trabalho, dissemina a ideologia dominante e evita a conjugação entre teoria e prática”. (MORAIS, 1986, p. 83)

A sala de aula na educação formal ainda é um espaço para o fortalecimento das sociedades capitalistas. É possível, fazer da sala de aula um espaço onde a ação pedagógica seja uma ação política. Partindo desses pressupostos, a Escola Municipal “D. Pedro I”, coordenada pela SEME, vê a importância de discutir em grupos de estudos por área, Planos de Curso que estabelecidos com formas metodológicas mais eficazes na ação pedagógica.

Esta compreensão possibilitou um estudo sobre a realidade existente através de seu Censo Escolar, executado em novembro de 2004. O objetivo do Censo Escolar foi o de buscar uma interação entre os conteúdos curriculares propostos e o meio em que o aluno vive traçando metodologia mais dinâmica e significativa para a construção do saber.

Compreendemos então que:

O conteúdo é uma parte integrante da matéria prima; é o que está contido em um campo de conhecimento. Envolve informações, dados, conceitos, princípios e generalizações acumuladas pela experiência do homem, em relação a um âmbito ou setor da vida humana (...) os bens culturais, quando adaptados, elaborados e organizados constituem a fonte de onde o professor seleciona o conjunto de informações que trabalhará com seus alunos. (TURRA, 1975, p. 104).

Ainda em relação à dinâmica de conteúdos é fundamental partir da realidade. Para se fazer um bom trabalho, os pressupostos teóricos das várias concepções do que é realidade depende do lugar de onde a gente olha, isto é, da visão e concepção de cada um. Só assim haverá uma resposta. A ação de cada um, portanto, tem tudo a ver com a visão, a forma de pensar e conceber a realidade. Existem três formas de ver ou conceber as realidades: a visão voluntarista/romântica, diz que:

Querer é poder, que basta ter boa vontade e acreditar, que tudo é possível. A retificada que diz que: o que está aí é dessa forma e não poderia ser de outra. A realidade é imutável. A visão da realidade como construção histórico social humana. Possibilita que os homens se vejam como agentes capazes de, a partir de determinadas condições, possam agir, interagir e modificar determinada realidade. (BIANCHATT, 1994, p. 1 e 2)

É necessário, portanto, fazer um espaço no sentido de ultrapassar a aparência, a visão fenomênica de determinada realidade. Sem investigação, não há possibilidade de

mudança. “Se o homem morasse no fundo do mar, talvez a última coisa que viria a perceber seria a água”. (JR. DUARTE, 1994, p. 5).

Inserida nesse contexto a partir da realidade, outro aspecto relevante, é a interdisciplinaridade que deve ser pensada como uma totalidade histórica. “A interdisciplinaridade exige um refazer, um reconstruir e uma reestruturação de qualquer instituição ou ação” (JANTCH, 1994, p. 5).

É fundamental então, a atuação na pesquisa e projetos interdisciplinares para poder assumir um caráter político. A interdisciplinaridade hoje, está colocada como uma necessidade de materialidade no momento histórico exige a presença da ciência e da tecnologia em qualquer espaço de atuação e de possível colaboração, seja no instrumental ou no sentido da criação. Portanto, “cada projeto de pesquisa deverá providenciar a sua interdisciplinaridade, sem incorrer, obviamente na ditadura epistemológica de uma área disciplinar sobre outras”. (JANTCH, 1994, p. 6) Isso não significa, porém que determinada disciplina/área não possa eventualmente se destacar num projeto.

A interdisciplinaridade poderá ser conquistada mediante uma decisão: individual ou coletiva, tendo como ponto de partida a concretude do processo histórico vivido pela humanidade. No entanto, é preciso adequar com possibilidades de limites. A busca da interdisciplinaridade exige uma mudança de vida, pois é preciso criar, aprofundar espaços e iniciação científica de pesquisa avançadas, voltada ao conhecimento. “Precisamos instituir nas universidades e escolas uma cultura pesquisante”. (JANTCH, 1994, p. 11).

A interdisciplinaridade está se fazendo presente na escola, quando também, as pesquisas de campo organizada pelos professores em forma de projetos são elaborados e executados. A compreensão sobre a importância dos projetos e das pesquisas de campo, nada mais são do que a elaboração de forma científica e prática do processo ensino-aprendizagem, criando momentos prazerosos para o aluno à medida que o aluno assume responsabilidades,

se aperfeiçoa, observa os detalhes na busca da perfeição, e se envolve no trabalho de equipe, despertando o espírito de liderança entre os colegas, garantindo assim, o comprometimento político-social.

Ao organizarmos os projetos de nossas escolas, planejamos o trabalho que temos intenção de realizar, lançamo-nos para diante, olhamos para frente. Projetar-se é relacionar-se com o futuro, é começar a fazê-lo. E só há um momento de fazer o futuro: no presente. O futuro é o que vivemos como presente, quando ele chegar. E que já está presente, no projeto que dele fazemos. Quando se projeta, tem-se sempre em mente um ideal. Se apresentarmos o ideal como algo desejado e necessário e que ainda não existe, precisamos justificar o “ainda não” (grifo meu). Para que estejamos lidando com uma fantasia, um devaneio é preciso acrescentar que é necessário que ele seja possível. O que ainda não é, pode vir a ser. É no próprio real que se encontram as possibilidades de realização de algo ideal.

Para elaborar um projeto é necessário, então, considerar criticamente, com clareza, profundidade e abrangência, repetimos os limites e as possibilidades do contexto escolar. Definindo os princípios norteadores de ação, determinando o que queremos conseguir, estabelecendo caminhos e etapas para o trabalho, designando tarefas para cada um dos resultados.

Este processo de conhecimento teórico que envolve a ação pedagógica dos professores ocorre através de cursos e reuniões pedagógicas, inserido em uma filosofia progressista de educação. Autores dos mais diversos, como Libanêneo, Luckesi, Paulo freire, Vigotsk, Piaget, Wallon, entre outros, são fundamentais para o aprofundamento do conhecimento que de certa forma dá ênfase na melhoria da qualidade do ensino, levando os professores a fazerem mais e melhor. Em síntese, a discussão em torno da metodologia de ensino requer análises relacionadas com os conteúdos estabelecidos, pois é uma constante na educação.

A preocupação com a metodologia de ensino, por sua vez é também uma tendência de mudança para as novas idéias que devem ser estimuladas e a criatividade aproveitada para a solução de problemas e para o constante aperfeiçoamento das atividades. A adoção de novos valores é um processo lento e gradual que deve levar em conta a cultura já existente.

4.6 Atividade Extra-classe: Oficinas de Arte

Arte é o exercício da vida na sua mais pura linguagem, a do sentimento. A prática da manifestação artística é um dos mais importantes exercícios de formação da personalidade e representa o mais determinante desenvolvimento da essência humana. Fazer arte é viver com plenitude e se educar com privilégio. No exercício vital da Arte, o humanismo aflora se reafirma, a criança se engrandece e o homem realimenta a esperança. Quando as crianças se expressam artisticamente, se juntam com sucata, tintas, pincel, sons, ficam “arteiras”. Mas nada de travessura. Puro exercício de expressividade, de exteriorização de sentimento, de ação e, por conseguinte, de leitura do mundo que a cerca, envolve, acaricia, liberta e prepara para o exercício pleno da vida. (PILLAR, 1998, p. 05).

Com esta concepção, a Escola Municipal Professora Adília de Aguiar Leite, está inserida no projeto das Oficinas de Arte da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, que tem como objetivo auxiliar no combate à evasão escolar. O projeto consiste na implantação das três primeiras oficinas: capoeira dança e violão e, conseqüentemente a implantação das demais, que são as de artesanato, artes plásticas e teatro. As oficinas que estão em funcionamento atendem a um total de 150 alunos, aproximadamente. O aluno

participa da oficina uma vez por semana, no período contrário as atividades normais da escola.

A arte enquanto calcada no combate à evasão tem sido alvo de estudos por parte de pedagogos:

Assim, busca-se... que a criança possa fazer representações em varias áreas, seja na dança, na música, no teatro, nas artes plásticas, etc.,visando com isso, enriquecer o seu processo de alfabetização. Com efeito, quanto mais representações a criança fizer, mais facilidade ela terá em compreendê-las e sintetiza-las num conceito. (PILLAR, 1998, p. 07).

4.7 Música

A música é a mais antiga das artes. O homem sempre se atentou para os sons. Através desses diversos sons, reconheceu o ritmo e suas variações. Descobriu que podia até movimentar seu corpo a partir desses sons. A música é talvez, a mais completa das artes, pois atinge todas as classes sociais e a todos os gostos. Conviver com a música é um grande privilegio. É estar em constante estado de lapidação individual. A pessoa que convive com a música é uma pessoa diferente e dotada de uma grande sensibilidade e um grande interesse pelas coisas. Aprender a tocar um instrumento é ainda mais gratificante, pois há uma união de sentimentos com a capacidade de conduzir determinados sons. Aprender um instrumento é redefinir posturas e transformar o estabelecido. A magia da música possui a capacidade de reinventar a vida.

4.8 Dança

A dança é uma das mais belas artes. Dançar dignifica extravasar emoções e ampliar o universo do indivíduo. A história da dança é tão antiga quanto o mundo. Através dela é possível expressar-se sentimentos e trabalhar corpo e mente. Possui uma linguagem universal e é capaz de devolver ao indivíduo sua auto-estima perdida e devolver sua coordenação motora e espacial. É possível, através da dança, curar depressões e angustias. Ela é uma arte mágica e tradutora dos anseios da humanidade, por isso seus efeitos são, inclusive, terapêuticos.

4.9 Capoeira

A capoeira chegou ao Brasil no século XVI, no bojo de veleiros negreiros que aportaram na Bahia, sendo seus introdutores, os escravos africanos. Na prática dessa luta, ou desse esporte, os negros usavam somente os pés e a cabeça com enorme eficácia contra os europeus que empregavam só as mãos, tanto para o ataque como para a defesa. Para evitar a repressão dos senhores de engenho e da polícia, da mesma forma como camuflaram sua religião com a dos senhores, os negros camuflaram a capoeira com pantomimas, mímicas e danças, sempre ao som da música, dos berimbaus, da boca e das palmas. Essa modalidade de luta que partiu da África chegou à Bahia, atingiu o Rio de Janeiro e hoje é popular em todo o país e nos representa em festivais folclóricos por todo o mundo.

Cada vez mais a arte vem ganhando espaço na educação:

Estou convicto de que a política de educação pela arte é de significado vital na atual situação do mundo, e não podemos confrontar essa situação com algo menos que uma filosofia da educação que seja ao mesmo tempo uma filosofia de vida. Cremos que possuímos nos princípios da arte, que são o princípio de uma atividade criativa, um antídoto para as forças de destruição que hoje ameaçam a existência da espécie humana. A menos que consigamos basear a educação sobre o instinto natural de ordem, (...). A arte é o nome que damos a

única atividade humana que pode estabelecer uma ordem universal em tudo o que fazemos e produzimos, em pensamento e em imaginação. Educação pela arte é educação para a paz. (READ, 19-, p. 155)

A arte enquanto trampolim para a sensibilização do ser humano é ponto decisivo na educação moderna, pois a criança que cresce admirando a arte será um adulto mais brando, mais conhecedor de sua própria personalidade e conseqüentemente um leitor do mundo que o cerca e, será capaz de contribuir de forma mais consistente com o futuro de uma nação.

5 CONCLUSÃO

A melhoria na qualidade de ensino deve ser um compromisso maior da escola como um todo.

A problemática educacional, em relação a evasão escolar nos permite fazer uma análise das questões que interferem no processo ensino-aprendizagem, refletindo na realidade, quando percebermos as variadas questões que envolvem a expulsão do aluno na escola.

O alto índice de evasão escolar requer uma superação dessas deficiências. O papel social da escola deve contribuir na valorização do ser humano, mesmo sendo um trabalho árduo e difícil.

A experiência da Escola Municipal Professor Adília de Aguiar Leite é o exemplo desse trabalho na busca de superar essas deficiências, pois se não fossem desenvolvidas oportunidades que estabelecessem tais mudanças, estaria fadada ao fracasso. Os educadores têm consciência de que só poderão transformar em ações as propostas, se estiverem engajados neste projeto pedagógico.

A implementação do Plano Político Pedagógico Participativo da Escola, propiciou discussões teóricas fundamentais no desenvolvimento desse processo, como forma de interagir com a prática no cotidiano da escola.

Inserido nesse contexto, ao executar o censo no ano de 2004, os professores constataram, realmente na prática, o que muito conhecem na teoria,

as questões sócio-político da sociedade. Esse processo definido filosoficamente proporcionou aos professores traçar suas metas e ações que estão inseridas na Tendência Crítico-Social dos Conteúdos. A viabilização na construção do cidadão enquanto pessoa humana, consciente do seu papel na sociedade, fez da escola um espaço pedagógico e cultural, tendo o aluno como centro.

Sendo o aluno o centro da escola, travou-se uma longa caminhada, à medida que alguns mecanismos importantes começaram a serem implantados. A preocupação com a avaliação que desse oportunidade ao aluno, respeitando seus limites, permitiu amenizar o índice de evasão e reprovação escola.

Objetivando a permanência do aluno na escola, além da avaliação diagnóstica, a implantação do Recanto Pedagógico contribui, assessorando os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. Não resolve todos os problemas, mas certamente, é uma oportunidade indispensável. No Conselho de Classe Participativo, as discussões dão ênfase ao processo ensino-aprendizagem, de forma diagnóstica. A Hora do Conto tem propiciado momentos prazerosos de incentivo à leitura, buscando desenvolver a expressão oral, escrita e plástica, valorizando a literatura. As aulas de Filosofia educam para o pensar, levando os alunos a questionarem o porquê das coisas.

Para formar alunos capazes de superar suas dificuldades, que sejam atuantes, e gostem da escola, os professores planejam suas aulas, desenvolvendo uma metodologia de ensino criativa e dinâmica. Nesse processo, o aluno é o sujeito e o professor é o mediador, e juntos constroem o conhecimento.

Dessa forma, dá-se oportunidade e valor as potencialidades de todos, buscando a participação como via indispensável à construção da cidadania plena.

A escola, além de ser um espaço pedagógico, também, é um espaço cultural, onde a arte é defendida como sendo um mecanismo que muito tem contribuído para a permanência dos alunos na escola, através das oficinas de dança, música e capoeira.

A participação entre escola, pais e comunidade devem estabelecer o início de uma escola mais consciente, organizada e responsável, que saiba discernir o que é democracia. A participação certamente conduzirá à construção do aluno cidadão, pois só haverá transformação se houver mudança na prática e no cotidiano da escola.

A existência de um compromisso político de todos os segmentos da sociedade, o investimento na área da educação e a valorização profissional, são fatores indispensáveis para o êxito de qualquer proposta pedagógica transformadora.

Mesmo tendo consciência de que a realidade é dura, esperamos que este trabalho incentive outras pessoas comprometidas com a educação, para que um dia possa passar por esta experiência na construção de algo novo, sem medo de ousar.

Certamente valerá a pena!

6 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. **A avaliação de escola e A avaliação na Escola**. Card. Pesq. 74. São Paulo. 1998.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a Aprendizagem Escolar**. Trad. Ernani F. de Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BIANCHETTI, Lucídio. **O Que é Essa Tal de Realidade?**. EED/CED/UFSC. Florianópolis: 1999.

DAVIS, Claudia. **Papel e Função do Erro na Avaliação Escolar**. Cad Pesq. 74. São Paulo. 1990.

ENDERLE, Carmen. **Psicologia do Desenvolvimento: O Processo Evolutivo da Criança**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Cad. Pesq. 74. São Paulo. 1990.

GUIMARÃES, Camila. **A viagem da Leitura**. Nova Escola. 1998.

JANTSCH, Paulo Ari. **Universidade e Interdisciplinaridade**. EED/CED/UFSC. Florianópolis: 1994.

TAILLE. Yves de La. (1951). Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias Psicogenéticas em Discussão**. Marta Kohl de Oliveira, Heloísa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. 6.ed., São Paulo: Loyola. 1984.

LOPES, António D. et alii. **Repensando a Didática**. Campinas, São Paulo: Papirus. 1989.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação de Aprendizagem Escolar**. 3.ed., São Paulo: Cortes. 1996.

MORAIS, Regis de. **Sala de Aula Que Espaço é Esse?**. Campinas, São Paulo: Papirus. 1986.

MORAIS, António Manuel Pamplona. **Distúrbios de Aprendizagem: Uma Abordagem Psicopedagógica**. São Paulo: Edicon. 1997.

PLANO PLOÍTICO PEDAGÓGICO PARTICIPATIVO, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Escola Básica Municipal Professora Alda Santos de Vargas. Sombrio. 1996.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de Classe: Burocratização ou Participação**. 3.ed., F. Alves, 1986.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **A Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad. 1993.

VIANNA, Uca Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo da Escola: Um Desafio ao Educador**. São Paulo: EPU, 1986.

ANEXOS

- Número de pessoas por moradia, conforme o quadro abaixo.

NÚMERO DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA.

NÚMERO DE PESSOAS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
2	9	2,2
3	47	11,7
4	66	16,5
5	112	27,9
6	74	18,5
7	41	10,2
8	26	6,5
9	9	2,2
10	7	1,7
11	3	0,7
Não respondeu	7	1,9
Total	401	100

Figura 1 – Nº. de pessoas por residência / Fonte: Pesquisa dos alunos/2005

- O levantamento sobre a renda familiar aponta o seguinte:

REDA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.

REDA	FREQÜENCIA	PERCENTUAL
Até 1 salário mínimo	179	44,6
1 a 2 salários mínimos	116	28,9
2 a 3 salários mínimos	59	14,7
3 a 5 salários mínimos	30	7,5
5 a 10 salários mínimos	5	1,2
Não respondeu	12	3,1
Total	401	100

Fig. 2. Fonte: pesquisa dos alunos 2005.

- Das 401 famílias entrevistadas 179 correspondia a 44,6%, tem renda mensal de até 1 (um) salário mínimo, considerada uma situação de pobreza absoluta. Ainda, 73,5% das famílias recebiam de zero a dois salários, ficando abaixo da linha de pobreza. E apenas 1,2% destas famílias recebiam entre 5 a 10 salários mínimos.

SÉRIE	FREQUENCIA	PERCENTUAL
1ª	138	18,1
2ª	138	18,1
3ª	97	13,0
4ª	95	12,5
5ª	99	13,0
6ª	43	5,7
7ª	16	2,1
8ª	4	0,5
Não respondeu	129	17,0

- Apresentaremos o nº. de crianças e adolescentes por idade.

FAIXA ETÁRIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

IDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
5 Anos	23	3,0
6 Anos	78	10,3
7 Anos	91	12,0
8 Anos	81	10,7
9 Anos	70	9,2
10 Anos	95	12,5
11 Anos	82	10,8
12 Anos	75	9,9
13 Anos	86	11,3
14 Anos	63	8,3
Não respondeu	15	2,0
Total	759	100

Fig. 3. Fonte: Pesquisa dos alunos 2005.

A SEGUIR APRESENTAMOS A FREQÜÊNCIA ESCOLAR.

ESTUDA	FREQUENCIA	PERCENTUAL
Sim	575	75,7
Não	170	22,4
Não	13	1,9
Não respondeu	-	-

Fig. 4. Freqüência escolar/ Fonte: Pesquisa dos alunos/2005.

- Por fim série que freqüenta ou abandonaram.

SÉRIE	FREQUENCIA	PERCENTUAL
1 ^a	138	18,1
2 ^a	138	18,1
3 ^a	97	13,0
4 ^a	95	12,5
5 ^a	99	13,0
6 ^a	43	5,7
7 ^a	16	2,1
8 ^a	4	0,5
Não respondeu	129	17,0

Fig. 5. Fonte: Pesquisa dos alunos 2005.